

8. FORMAS DE INVESTIMENTO DAS POUPANÇAS NO LOCAL DE ORIGEM POR EMIGRANTES DO SUL DE MOÇAMBIQUE. O CASO DO DISTRITO DE MASSINGA (INHAMBANE)

Albert Farré

*Contexto histórico*¹

Embora sempre houvesse um grande movimento de população entre o sul de Moçambique e as regiões de Natal e Transvaal, o início das explorações mineiras na área do Rand, na segunda metade do século XIX, aumentou cada vez mais os fluxos de migração para essas regiões. De facto, um dos grandes debates dos colonizadores portugueses, logo após a sua vitória sobre Ngungunhana, foi o que fazer com a emigração cada vez mais maciça da população dita indígena para além da fronteira colonial: uns afirmavam que a emigração era um problema para “valorizar” o potencial económico da colónia (pois perdiam-se braços para trabalhar em Moçambique), outros, pelo contrário, diziam que a emigração podia ser uma maneira de a colónia ter acesso rápido a uma nova fonte de receitas, indispensáveis para atingir o volume de investimento que precisava da ocupação do território, e que a metrópole não podia garantir². Finalmente, como quase sempre na política colonial, os debates abstractos sobre estratégia foram deslocados pela necessidade de gerir a realidade e, como não havia maneira de evitar a emigração, o governo colonial concentrou-se a tentar tirar o máximo benefício deste fenómeno.

Existe muita informação e muitos estudos sobre a história das relações entre a colónia portuguesa de Moçambique e os diferentes governos bóers, britânicos e, finalmente, sul-africanos (Covane, 2001). Sabe-se que esta relação se baseava na negociação, por um lado, do uso do caminho-de-ferro e do porto de Lourenço Marques para o escoamento da produção mineira e, por outro, da gestão conjunta do fluxo de

emigrantes moçambicanos que iam trabalhar nas minas, segundo as necessidades de mão-de-obra das próprias minas, e retornavam a Moçambique depois de terem finalizado o contrato de trabalho. Este percurso de ida e regresso dos emigrantes foi, desde os finais do século XIX, regulado pelos dois estados para tirarem o máximo lucro possível do trabalho dos migrantes.

Por um lado, as empresas mineiras, graças à canalização oficial de grandes quantidades de trabalhadores emigrantes, mantinham os salários os mais baixos possíveis, e os portugueses, pelo seu lado, podiam reduzir o volume de migração clandestina, garantir o retorno dos emigrantes – que regressavam com capacidade para pagar o imposto de palhota – e ter a certeza de que iam gastar em Moçambique uma parte do salário ganho fora do país. Assim, a aliança entre o estado sul-africano e o estado colonial português foi um facto estrutural que se manteve até à independência de Moçambique, em 1975.

A independência: mudanças e continuidades.

As independências das antigas colónias portuguesas trouxeram grandes mudanças no equilíbrio geo-político da região austral. Em relação à emigração e ao desenvolvimento rural há três pontos que merecem destaque:

- **Mudança radical das relações com a África do Sul.** O projecto político do partido Frelimo entrou em confronto aberto com o regime do *apartheid*. A Frelimo tentou reduzir a emigração para conseguir dois objectivos chave: por um lado, queria aumentar a própria produção agrícola e ganhar autossuficiência económica e, por outro, queria também enfraquecer a economia sul-africana e contribuir para o seu isolamento internacional (CEA, 1977).
- **Prioridade da denúncia e da luta contra o racismo na África do Sul e na Rodésia sacrificando os próprios interesses económicos.** Ao contrário do regime colonial português, o partido Frelimo seguiu o embargo económico decretado pelas Nações Unidas contra o regime racista da Rodésia, embora esta medida fosse contrária à actividade do corredor económico que ligava aquele país com o porto da Beira. Este confronto ideológico entre Moçambique e os dois países vizinhos também levou Moçambique a apoiar as dissidências políticas no interior dos países rivais, e vice-versa.
- **Colectivização dos meios de produção e distribuição.** Independentemente das injustiças do sistema colonial, é verdade que a independência trouxe uma séria de mudanças estruturais que diminuíram a produção e pioraram a eficácia dos

sistemas de distribuição das mercadorias nas áreas rurais. Este facto foi ainda agravado por uma série de anos de calamidades naturais (cheias e secas) e pela generalização da guerra no interior de Moçambique. O conjunto de todos estes factos espalhou a insegurança e a frustração da maioria da população rural logo após a independência (Casal, 1989; Casal, 1991; Cravinho, 1998).

Embora estas mudanças supusessem uma grande ruptura em relação ao período colonial, houve também muitas continuidades na maneira como o Estado independente olhava para a realidade do país e estabelecia metas políticas e económicas que o consolidassem³. Por exemplo:

- Tanto o Estado colonial como o Estado socialista se assumiam como o principal guia e motor do desenvolvimento. A Frelimo quis reduzir o número de migrantes para acrescentar o nível de produção em Moçambique, seguindo a lógica produtivista e proteccionista própria de qualquer Estado em processo de desenvolvimento, independentemente da ideologia política.
- Ambas as formas de estado também justificavam os aspectos mais violentos da sua acção apelando ao interesse nacional. O paradoxo era que muitas vezes o interesse nacional justificava a violência contra sectores da própria população. Era um interesse nacional que só o Estado parecia conhecer, pois ele próprio o anunciava e o executava, numa espécie de monólogo consigo próprio (Issacman, 1987; Loforte, 1990; Dinerman, 1999; Bowen, 2000).
- Se a elite intelectual colonial considerou os camponeses como não-civilizados e pagãos, a elite do partido Frelimo acusou-os de obscurantistas e feudais. Portanto, as duas elites confundiram o analfabetismo com a ignorância, e subestimaram a capacidade da cultura camponesa e dos emigrantes para cada um deles decidir qual era a sua melhor opção para atingir os seus objectivos na vida.
- Finalmente, os dois Estados partilharam uma mesma vontade de transformar radicalmente a dinâmica da vida e da produção rural, o que nos dois casos os conduziu a experimentar políticas de desenvolvimento baseadas na concentração rural, embora soubessem que a população estava habituada a um modelo de habitação disperso. Os dois também tiveram uma atitude semelhante durante a guerra que cada um deles teve de afrontar como governo (a guerra de 1964-1974 e a guerra de 1979-1992). Embora os projectos de concentração rural continuassem a ser justificados por razões de desenvolvimento, foram mantidos, de facto, por interesses militares: para melhor controlo da popu-

lação rural (limitação da liberdade de trânsito) e para acrescentar o impacto da propaganda política do Estado na população (Borges Coelho, 1993).

***Novos tempos, novos discursos:
a luta contra a pobreza absoluta.***

Depois dos Acordos de Paz assinados em 1992 em Moçambique, há um regime político democrático-liberal, baseado na liberdade de associação política e na livre concorrência económica. O Estado deixou de ser o actor principal da economia para adoptar a posição de facilitador económico do investimento privado, além de garantir o cumprimento das leis. Portanto, comparativamente aos dois modelos de Estado prévios, houve mudanças importantes. Contudo, continua a existir uma grande distância entre as estratégias de desenvolvimento dos emigrantes e as estratégias planificadas pelo governo. Esta é uma das conclusões tiradas do meu trabalho de campo em Massinga. Nesta comunicação expomos que esta distância é, em grande parte, a continuidade das difíceis relações entre estado e população rural herdadas do passado.

O modelo democrático liberal adoptado pelo Estado moçambicano no contexto das negociações de paz trouxe um discurso próprio e uma série de actores e receitas que era preciso espalhar também em Moçambique: é o discurso do desenvolvimento liberal que veio acompanhado com os apelos à sociedade civil moçambicana (igrejas, sindicatos, empresários, associações civis...) e aos investidores e sociedades civis estrangeiras⁴ para serem os actores principais da luta contra a pobreza absoluta, com o objectivo global de Moçambique poder atingir os objectivos do Milénio estabelecidos pela ONU.

O que queremos salientar aqui é que este novo discurso faz, em parte, a mesma função que os discursos hegemónicos promovidos pelos modelos de estado anteriores (nomeadamente o estado colonial e o socialista). Por uma parte propõe projectos agrícolas baseados no aumento da produção/produtividade do sector agrícola e, por outra, invisibiliza os objectivos e as escolhas feitos pelos emigrantes e as famílias camponesas que, na verdade, como tentaremos mostrar, nunca estiveram especialmente interessados num sistema de produção baseado na agricultura intensiva destinada à venda.

Assim, o objectivo desta comunicação é contribuir, por um lado, para tornar visível a maneira de pensar e agir dos emigrantes que, seguindo uma tradição de muitas gerações, ainda hoje conseguem regressar à sua terra de origem com um certo dinheiro ganho na África do Sul. Portanto, a migração à África do Sul é ainda hoje

uma via de entrada de recursos em Moçambique. Por outro lado, também propomos iniciar um debate sobre a necessidade de reconhecimento das estratégias locais de desenvolvimento. Um desenvolvimento durável é um desenvolvimento que esteja enraizado no chão: deve estar mais baseado na vida ou nos objectivos das pessoas do que em programas ou discursos vindos de fora e que desconhecem as especificidades locais (solos, regime de chuvas, sistemas de posses da terra, preferências gastronómicas, métodos de tomada de decisões...)⁵. Por isso consideramos interessante saber como é que o migrante investe o dinheiro que tanto lhe custou ganhar e poupar na África do Sul. A seguir descreve-se o que acontece em Massinga.

Contexto local: distrito de Massinga.

Massinga é um distrito da província de Inhambane, que faz fronteira com o distrito de Morrumbene, ao sul, com o de Vilankulo, ao norte, e Funhalouro, a oeste. Tem dois postos administrativos: Massinga sede (localidades de Rovene, Lionzuane e Guma) e Chicomo (localidades de Malamba e Chicomo). Massinga é também o distrito mais populoso da província de Inhambane⁶.

Sobre o distrito de Massinga em particular encontraram-se três pesquisas: uma monografia agrícola do distrito feito no tempo colonial (Almeida, 1959), com uma boa catalogação dos diferentes tipos de solo segundo a sua capacidade de produção agrícola (principalmente algodão), e duas pesquisas feitas mais recentemente por pesquisadores moçambicanos: uma tese de licenciatura em geografia, da autoria de Maria Alfeu (2001), que aborda a influência da emigração no desenvolvimento sócio-económico deste distrito, e um estudo do impacto dos serviços distritais da extensão agrária para garantir a segurança alimentar da população, feito por Jordão Muvale (2005) e que conclui que tais serviços são muito fracos. Do ponto de vista etnográfico há duas obras sobre o povo vatshwa que oferecem também muita informação sobre Massinga: A tese de Mestrado de Alípio Siquisse (2006)⁷ e o livro do padre Francisco Lerma (2005). Também existem as duas edições dos perfis distritais de cada distrito de Moçambique (no caso de Massinga, o último foi feito em 2005 pelo Ministério da Administração Estatal).

Por outro lado, uma das cinco áreas da província de Inhambane seleccionadas para o estudo do CEA (1998) foi o norte de Morrumbene (Sitila) e o interior do distrito de Massinga (Chicomo). Precisamente, nos anexos deste estudo, coordenado por Ruth First, encontramos um quadro sobre a percentagem de trabalhadores do distrito de Massinga que foram para a África do Sul contratados pela WENELA (Witswatersrand Native Labour Association, órgão da Câmara das Minas que contra-

tava trabalhadores em Moçambique) no período de 1960-1976 (CEA, 1998, 214). Escolhemos os seguintes dados:

Anos	População activa masculina	Movimento migratório	Percentagem de migrantes
1960	23 602	4 846	20,00%
1970	32 311	5 656	17,00%
1975	38 846	4 178	11,00%
1976	40 153	607	2,00%

Não constam neste quadro os migrantes que ficaram em Lourenço Marques, Beira ou qualquer outra cidade moçambicana nem a migração clandestina⁸. Embora sempre tivesse existido, pode dizer-se que a emigração clandestina começou a ser especialmente importante a partir de 1971, quando o número de contratados em origem começou a diminuir enquanto a população total continuava a aumentar. Depois da independência, a clandestinidade tornou-se a opção principal, pois os emigrantes não deixaram de querer emigrar por causa da ruptura política entre os dois Estados após a independência de Moçambique. Porém, também é certo que, sendo a emigração um fenómeno tão estratégico para os interesses dos dois Estados, as mudanças nas relações entre eles afectaram bastante não só as possibilidades de migração mas também as maneiras de migrar. Portanto, qualquer análise do fenómeno da emigração tem de ter em conta as políticas dos estados em relação a ela.

A comparação destes dados demográficos com os recenseamentos mais actuais tem duas grandes dificuldades. Em primeiro lugar, os efeitos da guerra: tanto o número de mortos como os inúmeros deslocamentos internos de população modificaram muito as tendências demográficas. Em segundo lugar, o facto de o distrito de Massinga actual ser menor, pois o antigo posto administrativo de Funhalouro foi elevado à categoria de distrito em 1986.

Contudo, a pesquisa de Maria Alfeu (2001) oferece-nos dados que podem ajudar a ilustrar a situação actual da emigração. Tendo em conta que a população total do distrito de Massinga era, segundo o recenseamento de 1997, de 186.650 pessoas e 43.680 agregados familiares, o seu trabalho conclui que, sobre uma amostra de 380 agregados familiares, 33% (126) tinha, no momento da realização do inquérito, algum parente trabalhando na África do Sul.

En segundo lugar, neste trabalho também se constata que, nos primeiros seis meses do ano 2000, foram contratados, no distrito de Massinga, 1860 trabalhadores, para além dos emigrantes clandestinos. Embora Novembro e Dezembro tenham tendência para serem os meses com menos contratações (CEA, 1998, 213), se fizermos

uma estimativa de 3720 contratados (1 860 x 2) para o ano 2000 completo, obtemos ainda um valor bastante inferior aos 5656 do ano 1970 (máximo valor absoluto da série), para uma população activa masculina actual, em qualquer caso superior ao que houve no ano 1970, que foi de 32 311. De facto, segundo os dados do perfil distrital de Massinga, tirados também do censo de 1997, a população activa masculina (com 15 anos ou mais até 64 anos, e excluindo os que buscam emprego pela primeira vez), neste distrito, é de 36 354. A partir destes dados, pode pensar-se que a emigração clandestina e a migração interna continuam a ser hoje bastante mais numerosas do que a migração de contratados pelas minas em Massinga.

Embora se saiba que os dados expostos são muito precários do ponto de vista estatístico, há duas boas razões para os apresentar aqui: em primeiro lugar, com esta apresentação, contribuímos para a divulgação de pesquisas já realizadas e que talvez possam ser continuadas por outros investigadores muito mais preparados do que eu para a análise quantitativa de dados estatísticos. Em segundo lugar, toda a informação existente nas obras consultadas confirma a impressão durante o trabalho de campo no círculo de Quême na localidade Rovene, muito próximo do município de Massinga⁹: o número de casas de alvenaria e de carros indica que o estado de precariedade da agricultura no distrito não é devido à falta de dinheiro para investir mas à existência de outras prioridades por parte das pessoas que possuem uma certa capacidade de investimento. Foi assim que surgiu o interesse pelas prioridades de investimento da população local de Massinga.

Formas de investimento no círculo de Quême.

Durante o trabalho de campo no distrito de Massinga, foram identificados dois tipos de potenciais investidores moçambicanos: por um lado, o emigrante retornado e, por outro, o alto funcionário ou membro do partido Frelimo que, graças à sua posição no sector público, beneficia de vantagens nos seus investimentos privados. Nesta comunicação trata-se principalmente dos primeiros, por ser o grupo maioritário.

Segundo a nossa pesquisa em Quême, as prioridades dos emigrantes são as seguintes:

- 1) Construção de casas de alvenaria ou chapas de zinco, e depósitos de água de alvenaria;
- 2) Ritos e cerimónias:
 - 2.1) Casamento (lobolo e/ou pela igreja), tendo em conta que é comum um homem ter mais do que uma mulher.

- 2.2) Cerimónias para os mortos, seja por um membro da família recentemente falecido, seja por um membro falecido há algum tempo mas que, por alguma razão, ele próprio exigiu – ou alguém recomenda – realizar-se uma cerimónia.
- 3) Transporte: o investimento na compra de carros, principalmente pick-ups Isuzu, para fazerem transportes entre a estrada nacional e algum ponto do interior da província.
- 4) Compra de crias de animais (porcos, cabritos, vacas) para a sua reprodução e venda em pequena escala ou, no caso dos bois, alugar aos vizinhos.
- 5) Compra de terra – embora a Constituição diga o contrário – principalmente nas redondezas do recém-criado município de Massinga.

Pode constatar-se que a agricultura não aparece nesta listagem. Por outro lado, se olharmos para a perspectiva do Estado, comprovamos que nem a edição de 2005 do perfil do distrito de Massinga feito pelo Ministério da Administração Estatal (em parceria com a Consultoria de Desenvolvimento Métier), nem o Plano Estratégico do Desenvolvimento da Província de Inhambane, feito no ano 2000 pelo Governo da Província de Inhambane (com apoio do Projecto Desopol), tratam do fenómeno da emigração como um facto fulcral nas perspectivas do desenvolvimento do distrito e da província respectivamente. No plano estratégico fala-se da necessidade de participação e empoderamento da população e da necessidade de aumentar a produção agro-pecuária. No perfil distrital até se apresenta um quadro com a população activa do distrito: há 36354 homens e 60507 mulheres. Porém, nem o plano estratégico parece reconhecer que a emigração é precisamente um exemplo de procura de empoderamento dos homens do distrito, nem no perfil distrital se pergunta onde é que estão os homens que faltam.

Parece evidente, pois, que continua a existir uma grande distância entre a maneira de olhar e os objectivos económicos do governo (visão à escala nacional segundo o contexto económico internacional) e os objectivos da população (visão à escala local segundo o contexto da própria família). Esta distância dificulta uma estratégia de desenvolvimento comum entre o Estado e a população.

A seguir foi feito um aprofundamento em dois factores que podem ajudar a visibilizar melhor as estratégias e as prioridades de grande parte da população camponesa, e assim perceber que as prioridades dos emigrantes no uso das suas poupanças seguem uma estratégia que talvez esteja melhor adaptada às características do distrito, embora com certeza não contribua para lutar contra a pobreza segundo o plano do Estado. Os primeiros dois factores são a pluralidade de objectivos entre emigrantes e

migrantes. O segundo factor é a diferente maneira dos homens, das mulheres e do Estado perceberem a sua relação com a terra.

Diferenças de género e diferentes projectos de emigração.

A maioria da população de Massinga é da etnia tshwa, que tem um parentesco patrilinear e um sistema de habitação disperso e patrilocal, o que quer dizer que é a mulher que se vai deslocar para viver nas terras da família do marido. Estas características permitem perceber as relações entre a ligação com a terra e os deslocamentos de cada um dos dois géneros.

Tanto os homens como as mulheres do meio rural de Massinga são potenciais migrantes na procura de um futuro melhor. Os homens podem migrar para uma grande cidade moçambicana (no caso de Massinga principalmente, Maputo, mas também a Beira) ou emigrar para a África do Sul. Podem emigrar solteiros ou casados mas, se emigram para a África do Sul, fazem-no sempre sozinhos, e geralmente com vontade de regressar ao local de origem para casar e construir uma casa (de alvenaria ou de chapas de zinco, segundo o nível de sucesso¹⁰). Por outro lado, os homens que migram para Maputo ou para a Beira têm uma vontade maior de fixar residência na cidade, e só regressar de visita, principalmente quando há cerimónias importantes. Quanto mais anos se passam, em geral, mais difícil é, para eles, visitar a sua aldeia de origem, pois consideram como um grande incómodo as condições de vida do mato. Os filhos nascidos nas cidades ficam ainda mais afastados do meio rural. Assim, a migração no interior de Moçambique segue uma dinâmica diferente e que não será tratada aqui, pois o tema é a emigração para a África do Sul.

As mulheres, por sua vez, quando ainda solteiras, podem migrar para a capital da província para ajudar em casa de algum parente que aí mora, ou para trabalhar no serviço doméstico na casa de algum conhecido. Onde não há escola primária completa, um outro motivo de deslocamento ou migração pode ser a vontade de continuar os estudos, objectivo geralmente compatível com o de ajudar em casa de algum parente. O casamento também pode justificar a migração feminina em dois casos: quando as terras do marido são longe da terra de origem da esposa (assim ela não poderá manter muita relação com a sua própria família) ou quando os dois migram conjuntamente para a cidade. Muito dificilmente as mulheres migram sozinhas para Maputo ou para a Beira.

A diferente relação com a terra segundo o género

A migração masculina implica a sua ausência do núcleo de residência familiar durante períodos de tempo de, no mínimo, onze meses, pois os emigrantes contra-

tados regressam todos os anos durante as férias. Esta distância entre os dois membros do casal sublinha ainda mais o sistema de divisão sexual do trabalho, característico das populações rurais africanas em geral, e de Moçambique em particular (Waterhouse and Vijfhuizen, 2001).

Todo o ciclo da produção agrícola, desde semear até guardar a colheita no celeiro, é da esponsabilidade das mulheres, que também são responsáveis por cozinhar todos os dias. Toda a alimentação diária da população rural depende, assim, do trabalho das mulheres. As jovens e solteiras que não tiveram a possibilidade de ir para o meio urbano, e que representam a maioria, ficam na casa paterna para ajudar nas tarefas agrícolas e domésticas até alguém as procurar para casar.

É normal que a mulher aceite viver numa casa, no quintal da família do pretendente sem se casar oficialmente, sobretudo se ele tem um emprego diferente do trabalho agrícola, ou é alguém que pretende emigrar para a África do Sul, pois nos dois casos considera-se que é uma boa opção para ela. É normal, portanto, que o homem emigre pela primeira vez, deixando já a mulher a viver nas suas terras, numa casa feita com materiais locais. A expectativa comum do futuro casal é que o homem vai regressar para casar e construir uma casa melhor. O local onde vai ser construída esta primeira casa depende das terras disponíveis pela família do homem e também da necessidade de a sogra ser ajudada pela nora nas tarefas domésticas. Normalmente, os sogros gostam de ter uma nora no seu agregado familiar. Mas se já houver uma outra nora a morar com eles, as seguintes podem morar mais longe. Em qualquer caso, a família do marido deve indicar a cada nora a machamba que vai cultivar.

Em geral, as mulheres consideram o casamento como o acesso a um estatuto social superior. Ficar solteira é considerada a pior opção, por isso, muitas aceitam maridos que não têm emprego, ou aceitam serem a segunda ou a terceira mulher de um homem com boas condições económicas. O principal conflito entre as famílias do homem e da mulher é geralmente por causa dos filhos, pois até ao momento em que o homem case de maneira tradicional, com a celebração da cerimónia do lobolo, os filhos pertencem à família da mulher. Também há problemas quando o homem se casa com uma segunda mulher sem consultar a primeira (porque, quando esta é consultada, pode propor a sua irmã mais nova como segunda esposa). Outra fonte de problema ocorre quando os homens engravidam mulheres solteiras e depois não querem casar-se com elas. O casamento no registo civil não é frequente em Quêmen em geral nas áreas rurais.

Em qualquer caso, sempre há um facto estrutural: todos os agregados baseiam a sua capacidade de comer diariamente no trabalho de um conjunto de mulheres

composto por esposa(s), filha(s) e nora(s) em diferentes proporções. Essas mulheres trabalham uma terra que sempre pertenceu aos homens, por isso, muitas viúvas voltam a viver na terra da sua família, dos seus irmãos, para passar aí a sua velhice. Porém, quando a mulher fica à vontade com a família do seu falecido marido, algum irmão deste pode casar-se com ela¹¹, e ela continua a viver nessas terras.

O ideal de abundância partilhado pelos homens e pelas mulheres do meio rural

Para além desta estrutura social que desenha as relações entre homens e mulheres e define as diferentes tarefas de cada um, também existe o que podemos chamar “um ideal de abundância” (entendendo abundância como sinónimo de bem-estar) partilhado entre os dois géneros. Este ideal ajuda a explicar que a terra não é, nem para os homens nem para as mulheres, um lugar de investimento das poupanças trazidas pelos homens emigrantes. Este ideal de abundância concretiza-se em ter muitos filhos e construir uma casa grande, de alvenaria se possível, com depósito para recolher a água da chuva ao lado. Este ideal orienta as acções dos camponeses emigrantes da mesma maneira, por exemplo, que o ideal de desenvolvimento económico orienta as acções do Estado.

A mulher trabalha a terra, inicialmente com a ajuda dos próprios filhos e filhas. Quando os seus filhos se casam trazem as suas mulheres para casa, pois podem ajudar a sogra nas tarefas mais pesadas, e nascerão netos (que só serão da casa depois de ter sido entregue o lobolo à família da mulher). Quando as filhas forem adultas casarão, e a família vai poder ampliar a sua rede familiar¹². Assim, do ponto de vista da mulher que mora no meio rural, ter muitos filhos e filhas é uma segurança para ter no futuro uma velhice tranquila e respeitável.

Do ponto de vista do homem, habituado a aportar produtos não agrícolas (antigamente as suas tarefas eram a caça, a pastorícia, a pesca, etc), a emigração é, desde antes da conquista portuguesa, uma maneira de libertar-se de um meio rural muito hierarquizado em benefício dos mais velhos. Se tiver sucesso na sua migração, o jovem poderá voltar com dinheiro para construir a sua casa¹³, e para fazer todas aquelas coisas que considera importantes, que foram apresentadas na listagem anterior.

Para o homem que mora no meio rural, ter muito dinheiro sem ter uma casa própria e muitos filhos para assegurar o futuro da linhagem perde todo o seu sentido. De igual maneira, para uma mulher, ter de trabalhar muito tempo na casa dos pais, sem marido e sem filhos próprios, perde todo o seu sentido, pois vai ter que trabalhar de igual forma e... quem vai cuidar dela no futuro?

De facto, pode dizer-se que, graças à emigração, as funções de ambos os géneros são complementares¹⁴, pois marido e mulher trabalham os dois para atingir o objetivo comum: o ideal de abundância próprio do meio rural.

Assim, a prática da poliginia (um homem casado com várias mulheres) faz sentido para homens e mulheres que partilham o ideal de abundância característico do meio rural. Um emigrante com sucesso geralmente não tem problemas para que a primeira mulher aceite a presença de uma segunda mulher, sempre que a segunda mulher aceite que há uma relação hierárquica entre as duas, e que a segunda deve obediência à primeira. É por isso que, com frequência, a mulher propõe ao marido que, se este quer uma segunda mulher, se case com uma das suas irmãs mais novas ou com uma filha de um irmão dela: com qualquer das duas garante-se uma maior ligação com a sua própria família, e também se garante uma relação hierárquica com a esposa mais nova muito mais fluida e sem problemas do que com uma moça que a primeira esposa não conhece¹⁵. Com duas mulheres duplica-se tanto a descendência como a capacidade de trabalho da terra. Por outro lado, o homem deve assumir a construção de uma nova casa para a segunda mulher, geralmente mais pequena e não muito longe da casa principal.

É importante sublinhar que, no meio urbano, este ideal de abundância já não serve, pois o acesso à terra é muito mais pequeno e, quanto mais filhos há, mais necessário se torna comprar comida. Tanto os homens como as mulheres casados(as) ou solteiros(as) têm de mudar de estratégia quando decidem migrar para o meio urbano. Nesta perspectiva, pode dizer-se que, se as mulheres solteiras urbanas solicitam mais abortos do que as mulheres solteiras rurais, não é só porque nas cidades há mais serviços de saúde, também é porque no campo a gravidez é sempre bem-vinda¹⁶.

Finalmente, é preciso lembrar que o facto de partilhar um mesmo ideal de abundância não quer dizer que não haja conflitos quando as coisas não saem bem, pois nem todos os emigrantes conseguem ter sucesso, nem todas as mulheres ficam contentes com um marido que não consegue satisfazer tudo o que prometera no momento em que as foram procurar. Casos de ciúmes, invejas, bebedeiras e desrespeito entre homens e mulheres são também normais no meio rural.

A perspectiva do Estado sobre a terra: produtividade e desenvolvimento rural

Se as mulheres partilham com os homens um ideal de abundância, poderia dizer-se que as mulheres partilham com o Estado a preocupação pela agricultura. Porém, estes dois actores divergem muito na maneira de entender a produção agrícola e a sua relação com a terra.

O Estado olha para a terra principalmente como um meio de produção, e os seus programas de desenvolvimento económico são sempre baseados na necessidade de aumentar a produção agrícola até conseguir integrar cada vez mais território e trabalhadores nos grandes mercados nacionais e internacionais. Mas, para conseguir esta meta, precisa-se de investimento em tecnologia para aumentar a produtividade. O Estado gostaria que não só os esforços das ONG fossem nesta direcção, mas também os dos investidores locais. Os apelos à dita revolução enquadram-se neste desejo do Estado. Mas, no caso do distrito de Massinga, o Estado não conseguiu mobilizar os investidores nesta direcção. Dentre os investidores locais, os emigrantes regressados da África do Sul não investem na melhoria da produtividade da agricultura. Podem comprar, sim, pequenos aparelhos como carretas e moinhos para reduzir o volume de trabalho, podem construir depósitos de água para assegurar a acessibilidade da mesma, mas nenhum dos dois géneros quer estas melhorias para incrementar a produtividade nas suas machambas.

De facto, o modelo de exploração da terra próprio do ideal de abundância da população rural segue uma estratégia contrária ao aumento da produtividade: a procura do máximo número de filhos e do máximo número de esposas quer dizer, de facto, o aumento da produção pelo aumento do número de braços a trabalhar. Os agregados familiares mais numerosos conseguem produzir o suficiente para o auto-consumo e encher algum celeiro de reserva, mais ou menos dependendo da qualidade das terras ao seu dispor.

Como é que as mulheres conseguem dinheiro, então, enquanto os seus maridos estão ausentes? Em Quême, o que se vende para conseguir algum dinheiro não é a produção agrícola, senão a produção de coisas que não precisam de muito trabalho porque crescem sozinhas: cocos e animais (galinhas, porcos e cabritos) principalmente. Também esteiras e outras peças de artesanato feitas de madeira. Mas o que realmente dá lucro é o transporte de produtos necessários na vida quotidiana de uma área para outra (madeira para a construção, lenha e carvão do campo para a cidade, e produtos das lojas da cidade para o campo). Por isso, os emigrantes e demais pessoas abastadas têm na compra de carro¹⁷ uma prioridade muito maior do que o investimento na agricultura, isto para além de que o trabalho de conduzir um carro é considerado mais prestigioso para um homem do que trabalhar a terra, que é próprio de mulheres.

As mulheres concordam com esta estratégia dos homens. Por um lado, são conscientes de que o lucro necessário para atingir o ideal de abundância (uma casa grande e bonita onde viver) não vai conseguir-se pelo trabalho agrícola, nem sequer nas terras mais férteis ao redor das lagoas que há perto da estrada principal. Por outro lado, talvez

também suspeitem de que uma mecanização do campo possa supor a entrada de trabalho assalariado masculino e a perda do controle da produção da terra pelas mulheres, mas sem deixarem de ter elas a obrigação de alimentar diariamente a população – como aconteceu no tempo do cultivo forçado do algodão.

Em conclusão, actualmente, tanto a estrutura social como a dinâmica dos mercados locais penalizam a alta produção agrícola e valorizam a capacidade de transportar produtos com muita demanda de um lugar para outro. Existe uma certa acumulação de lucro para os proprietários dos carros (em Quême conheci alguns transportadores que tinham entre 2 e 4 carros pickups Isuzu¹⁸), até ao ponto de, no ano 2008, se ter criado uma organização de transportadores locais de Massinga. Esta acumulação não está registada nem prevista nos relatórios que descrevem as potencialidades económicas do distrito e, portanto, não há programa para aproveitar este dinamismo económico para melhorar a regulação dos pequenos mercados locais, o que seria uma outra maneira, talvez mais eficaz, de trabalhar pela segurança alimentar de toda a população¹⁹.

Terra e simbolismo: ritos, identidade e bem-estar

Se acabássemos por aqui a nossa explicação, pareceria que a terra é simplesmente um meio de produção. Mas não é assim: a terra é também um símbolo central na organização das sociedades humanas em geral, e africanas em particular. A terra é o lugar onde descansam os ancestrais, sendo a campa de cada linhagem um dos lugares mais importantes do património de qualquer linhagem. Outro lugar importante é o altar onde o chefe da família pode mediar com os próprios mortos. Entre os tshwa de Massinga este altar é uma árvore do quintal do chefe da linhagem.

Assim, se o controlo do ciclo produtivo da terra é das mulheres, o controlo simbólico da terra pertence aos homens. Como nas sociedades rurais vigora um sistema de conhecimento baseado numa lógica de causa-efeito diferente da lógica científica, o controlo simbólico feito através de rituais é muito importante para manter a hierarquia entre os mais velhos²⁰ e os mais novos e também para manter boas relações entre os vivos e os mortos de uma mesma linhagem.

Para além dos ritos destinados aos mortos, os chefes da terra podem fazer também ritos para propiciar a chuva em tempo de seca, ou para garantir uma boa colheita. De novo, a fertilidade da terra considera-se uma questão que tem que ver com uma boa comunicação com os antepassados dos chefes da terra. Os conhecimentos agronómicos não fazem mal, mas o principal é um bom equilíbrio com os espíritos²¹.

O que queremos sublinhar é que toda a pessoa nascida no campo fica ligada à terra onde nasceu, onde ficam os lugares onde são realizados os rituais da sua família para

honrar e comunicar com os seus mortos. Em condições normais, toda a pessoa tem de procurar manter contacto com estes rituais, se não quer ser vítima da doença ou do azar. Sempre que houver alguma cerimónia na família é muito recomendável assistir, embora seja com atraso, para não ter problemas depois com os espíritos dos mortos.

A migração para a África do Sul e o contacto que supõe com uma sociedade industrial tem modernizado muitos hábitos quotidianos dos emigrantes rurais (na fala, no vestir, nas ferramentas, etc.), mas não quer isto dizer que tenham abandonado o seu sistema de conhecimento prévio a estas mudanças. De facto, a emigração para a África do Sul, com os riscos e os perigos que implica, tem acrescentado ainda mais as práticas de protecção contra os maus espíritos, demonstrando mais uma vez que a crença nos espíritos e a prática de bruxaria não são incompatíveis com a vida moderna (Granjo, 2006 e 2008). Também a guerra tem revalorizado rituais e práticas de purificação muito procuradas para recuperar, na medida do possível, a normalidade e a paz (Homwana, 2002; Cabral, 2009). Existe uma modernização social que não segue os postulados da ciência em geral, nem os princípios da ciência económica.

Neste contexto epistemológico, ter muitos filhos significa ter boa saúde, no sentido de não ter problemas com os espíritos. Ter sucesso na vida também é sinal de boas relações com os ancestrais. Regressar à terra de origem e construir ali uma casa grande na terra da família onde descansam os antepassados é uma boa maneira de mostrar a potência social e espiritual da própria família.

Assim, a terra ocupa um lugar central na estrutura de poder e autoridade local, mais pela sua função simbólica e identitária do que pela sua função produtiva. De facto, a função produtiva é garantida pela função simbólica. Através de casas, depósitos e cerimónias para os falecidos, os emigrantes investem muito na sua terra, mas não na agricultura. A sua maneira de procurar a segurança alimentar e o lucro segue outros caminhos.

Conclusão

Desde a segunda metade do século XIX até hoje o fenómeno da emigração para a África do Sul tem estado no centro do debate sobre o desenvolvimento rural. A emigração supõe a possibilidade de acesso a um salário muito superior ao dinheiro ganho pela venda da produção agrícola, por isso os emigrantes têm sido uma fonte de entrada de dinheiro em Moçambique. Desde o início, os Estados e os emigrantes têm tido maneiras diferentes de entender o desenvolvimento e o bem-estar, o que significou o afastamento dos seus objectivos. Os objectivos dos camponeses emigrantes têm ficado escondidos atrás das grandes narrativas ideológicas, que têm sido reproduzi-

zidas e difundidas pelos Estados segundo o seu lugar ideológico no mundo em cada momento histórico.

A emigração tem introduzido muitas mudanças na vida dos camponeses (novos hábitos, novos produtos e novas religiões) mas também tem consolidado algumas formas de agir e pensar vindas do passado. Assim, os ritos e cerimónias de diferentes tipos continuam a ser uma despesa importante da população rural.

A partir da análise das prioridades dos emigrantes do meio rural de Massinga na utilização, na terra de origem, do dinheiro ganho na África do Sul, temos tentado mostrar uma realidade habitualmente invisível nos discursos de desenvolvimento, e a partir da qual se pode afirmar que o problema da precariedade da agricultura em Massinga não é a falta de crédito, nem a a ignorância ou a falta de informação. Os emigrantes, quando regressam, sabem que há opções de negócio muito melhores do que a agricultura. Porém, esta competência na escolha da melhor opção de negócio não implica que todas as decisões sejam feitas segundo a lógica da economia moderna. As mulheres, pelo seu lado, preferem ter uma casa grande e um depósito de água e continuar a trabalhar a terra como sempre.

Assim, o abandono da agricultura a uma prática de baixa produtividade é uma opção consciente e razoável dentro do ideal de bem-estar partilhado pelos homens e pelas mulheres.

Portanto, qualquer programa sobre o desenvolvimento rural tem de ter em conta as estratégias e escolhas feitas já por muitas gerações de emigrantes. Da análise destas estratégias tiram-se duas conclusões importantes. A primeira é que a ideia de desenvolvimento baseado nos conceitos de riqueza e pobreza, próprio do capitalismo industrial, não concorda com o ideal de abundância dos migrantes rurais que saem de Massinga para a África do Sul. A segunda é que a modernização das sociedades não é uma questão de tudo ou nada, senão que cada sociedade integra coisas novas e mantém outras mais antigas segundo a sua ideia de bem-estar ou abundância.

O discurso de desenvolvimento, promovido de cima para baixo, sobrepõe-se às realidades locais simplificando a sua pluralidade e inviabilizando as suas escolhas, as suas preocupações e os seus conflitos. Não é o objectivo de romantizar as práticas das populações rurais, como muitas vezes se tem feito, pois todos sabem que muitas das suas escolhas não são sustentáveis a longo prazo. Além do mais, os que conseguem atingir o ideal de abundância não deixam de ser uma minoria em relação ao total. Portanto, há coisas que, para o bem de todos, devem mudar.

Mas também é verdade que muitas ideias e projectos de desenvolvimento rural ainda consideram a população rural como um actor passivo e ignorante. Um Estado

democrático, legítimo representante da população na esfera internacional, não pode continuar com a mesma atitude dos estados autoritários que o precederam. Pelo contrário, tem de fazer um esforço para melhor compreender as realidades da população que ele representa e ser capaz de reduzir a distância que o separa dela, adaptando os discursos gerais às realidades locais. O desafio não é fácil, mas uma primeira fase é aceitar que não é com discursos e projectos que inviabilizam os projectos dos próprios cidadãos que se vai conseguir um desenvolvimento enraizado e sustentável. As pessoas são a razão de ser dos Estados e do desenvolvimento e é preciso que os dois trabalhem para elas, e não o contrário.

Notas

- ¹ Agradeço à Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) a concessão de uma bolsa de pós-doutoramento (2006-2009). A pesquisa aqui apresentada enquadra-se dentro do programa de trabalho dessa bolsa.
- ² Nos relatórios feitos entre 1895 e 1910 por António Ennes, Mouzinho de Albuquerque e Alfredo Augusto Freire de Andrade (que ocuparam os cargos principais da administração colonial naquela altura), esta questão aparece sempre como pano de fundo. De facto, podem ser lidos como um grande debate sobre a melhor estratégia para fazer da emigração um fenómeno positivo para a empresa colonial portuguesa.
- ³ Uma boa maneira de identificar estas continuidades é comparar os livros sobre emigração que escreveu António Rita Ferreira (1963) e a obra do Centro de Estudos Africanos da UEM coordenada por Ruth First (1977), pois são livros que, além de oferecerem bons dados, são também muito representativos do enquadramento teórico dominante no tempo em que foram escritos. Os trabalhos mais recentes de Covane (2001) e Lubkemann (2004) também permitem identificar as continuidades antes e depois da independência.
- ⁴ ONGs internacionais financiadas muitas vezes com dinheiro público dos estados desenvolvidos.
- ⁵ Alguns autores moçambicanos já se têm debruçado sobre esta perspectiva que pretende pôr em destaque a agência económica das populações rurais – muitas vezes esquecida e até combatida pelo Estado. Como exemplos, podemos citar o livro de José Negrão *Cem anos de economia da família rural africana* (2001), o artigo de João Paulo Borges Coelho “Estado, comunidades e calamidades naturais no Moçambique rural” (2004) e o livro de Yusuf Adam Escapar aos dentes do crocodrilo e cair na boca do leopardo (2006). Embora nenhum deles tenha focado a temática das migrações, os seus trabalhos foram uma ajuda para a minha pesquisa.
- ⁶ Sem contar com os municípios de Inhambane sede e Maxixe.
- ⁷ A sua tese de licenciatura também trata dos vatshwa, mas não foi possível encontrá-la na biblioteca da Universidade Pedagógica.
- ⁸ Luis António Covane tem um artigo dedicado à emigração clandestina entre os anos 1897-1913 (1991).
- ⁹ As ambiguidades entre a Administração do Estado e a estrutura do partido Frelimo nos níveis mais baixos da administração distrital já foram tratadas num outro artigo (Farré, 2008).
- ¹⁰ A maior proporção de casas de chapas de zinco ilustra também a perda de capacidade de compra do emigrante em relação ao período final do colonialismo.
- ¹¹ Esta prática, chamada levirato (casamento da viúva com um irmão do falecido) é independente do rito de purificação das viúvas que se realiza quase sempre nas áreas rurais.
- ¹² Às vezes o lobolo serve para unir mais duas linhagens (ou famílias), mas nem sempre é assim, pois às vezes as linhagens afastam-se umas das outras por causa do lobolo. A capacidade diplomática da mulher, que é elo de ligação entre as duas famílias, é uma ajuda importante nestes casos.

- ¹³ Cada filho quer construir a sua própria casa, embora o pai tenha já construído uma muito grande. Apesar de existirem ligações de parentesco muito fortes, existe também um grande desejo de individualização.
- ¹⁴ “Mulher precisa de homem e homem precisa de mulher” é a frase característica que se repete nas entrevistas tanto a homens como a mulheres.
- ¹⁵ Esta opção é comum sempre que haja boas relações entre as duas linhagens.
- ¹⁶ Além do mais, no meio rural, se um homem engravida uma mulher antes de se casar com ela, tem de pagar uma compensação ou “multa”.
- ¹⁷ O assunto dos carros em Massinga é um assunto delicado: pois o mercado de carros é muito dinâmico e há muitos carros com matrícula sul-africana que se compram a um preço que faz suspeitar que sejam roubados. Contudo, não deixa de ser verdade que há pessoas que compraram o seu carro legalmente na África do Sul.
- ¹⁸ Segundo parece, a melhor tracção das “Isuzu” em relação às “Toyota” permite conduzir pelos areais.
- ¹⁹ Será que a invisibilidade desta riqueza nos documentos oficiais pode ter alguma relação com a sua possível origem nas redes criminosas? Eis uma pergunta interessante.
- ²⁰ Mais velhos que, no passado, talvez tenham sido jovens emigrantes.
- ²¹ Esta temática é muito complexa. Para aprofundar a nível geral, pode-se consultar as obras de Feliciano (1998) e Homwana (2002). Para o âmbito tshwa em particular, pode-se consultar (Helgesson, 1971; Helgesson, 2002) e Farré (2008).

Referências

- ADAM, Yusuf. 2006. *Escapar aos dentes do crocodilo e cair na boca do leopardo. Trajectória do Moçambique pós-colonial*. Promédia: Maputo
- ALFEU, Maria. 2001. *Influência da emigração para a África do Sul no desenvolvimento sócio-económico e nas características demográficas do distrito de Massinga*. Tese de Licenciatura inédita. Departamento de Geografia da U.E.M.
- ALMEIDA, A. A. de. 1959. “Monografia agrícola de Massinga (Posto-Sede)”. *Memórias da Junta de Investigações do Ultramar* n.º 10 (segunda série). Lisboa.
- BORGES COELHO, J. P. 2004. “Estado, comunidades e calamidades naturais no Moçambique rural.” In SOUSA SANTOS, B. and CRUZ E SILVA, T. orgs. 2004. *Moçambique e a reinvenção da emancipação social*. Centro de Formação Jurídica e Judiciária: Maputo. (pp. 49-76)
- BORGES COELHO, J. P. 1993. *Protected Villages and Communal Resettlement Policies, Development and War*. PhD Thesis: University of Bradford.
- BOWEN, M. L. 2000. *The State against de Peasantry. Rural Struggles in Colonial and Postcolonial Mozambique*. University Press of Virginia: Charlottesville and London.
- CABRAL, Ilundi. 2009 [no prelo]. “Rito e reconciliação. A cultura como mediadora da experiência da guerra em Moçambique”, Fundación CIDOB, *Revista Afers* n.º 87. Barcelona. (consultável em www.cidob.org)
- CASAL, A. Y. 1991. “Discurso socialista e camponenses africanos: legitimação política-ideológica da socialização rural em Mozambique (Frelimo 1965-1984).” *Revista Internacional de Estudos Africanos* n.º 14-15. Lisboa. pp. 35-76.
- CASAL, A. Y. 1989. “A crise da produção familiar e as aldeias comunais em Moçambique”. *Revista Internacional de Estudos Africanos* n.º 8-9. Lisboa. (pp. 157-191)
- CEA-UEM. 1998 [1977]. *O Mineiro Moçambicano: Um Estudo sobre a Exportação de mão de obra em Inhambane*. Editado pelo CEA-UEM com o patrocínio do V Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais e a Fundação Ford. Maputo.
- COVANE, Luis António. 2001. *O trabalho migratório e a agricultura no sul de Moçambique (1920-1992)*. Promédia, Identidades: Maputo.

- COVANE, Luis António. 1991. "Clandestine migration of Mozambican workers to the mines and plantations of South Africa, 1897-1913." In Département d'Histoire de l'Université de Burundi. *Histoire Sociale de l'Afrique de l'Est (XIXe-XXe siècle)*. Karthala: Paris. (pp. 287-284).
- COVANE, Luis António. 1989. "As relações económicas entre Moçambique e a África do Sul 1850-1964. Acordos e regulamentos principais." Arquivo Histórico de Moçambique. *Estudos* n.º 6. Maputo.
- CRAVINHO, J. 1998. "Frelimo and the Politics of Agricultural Marketing in Mozambique". *Journal of Southern African Studies*, vol. 24. n.º 1 (pp. 93-112).
- DINERMAN, Alice. 1999. "O surgimento dos antigos régulos como 'chefes de produção' na província de Nampula (1975-1987)". *Estudos Moçambicanos*, n.º 17, CEA-UEM: Maputo. (pp. 95-256)
- FARRÉ, Albert. 2008. "Vínculos de sangue e estruturas de papel: ritos e território em Quême (Inhambane)." *Análise Social* 187, vol. LXIII (2.º). Lisboa. (pp.393-418).
- FELICIANO, José F.1998 [1989]. "Antropologia económica dos Thonga do sul de Moçambique." Arquivo Histórico de Moçambique. *Estudos* 12. Maputo.
- Governo da Província de Inhambane. 2000. *Plano Estratégico do Desenvolvimento da Província de Inhambane. Visão e Estratégia para o Desenvolvimento da Província. Inhambane*. Inhambane.
- GRANJO, Paulo. 2008. "Dragões, régulos e fábricas: espíritos, e racionalidade tecnológica na indústria moçambicana." *Análise social* 187, vol. XLIII. Lisboa. (pp. 223-249)
- GRANJO, Paulo. 2006. "Back-home. Post-war cleansing ritual in Moçambique". In NICOLINI, B. ed. *Magical Practices, Witchcraft and Warfare in the African Continent (XIX-XX Centuries)*. Mellen Press: Lampeter
- HELGESSION, A. 2002. *Church, State and People in Southern Mozambique*. Studia Missionalia Uppsaliensia: Uppsala.
- HELGESSION, A. 1971. *The Tshwa response to Christianity. A study of the religious and cultural impact of Protestant Christianity on the Tshwa of Southern Mozambique*. Dissertation submitted to the Faculty of Arts of The University of Witwatersrand in fulfillment of the requirements for the degree of Masters of Arts. (Arquivo Histórico de Moçambique: cota C551j)
- HOMWANA, Alcinda. 2002. *Espíritos vivos, tradições modernas. Possessão de espíritos e reintegração social pós-guerra no sul de Moçambique*. Promédia. Identidades: Maputo.

- ISAACMAN, A. 1987. “Régulos, diferenciação social e protesto rural. O regime do cultivo forçado do algodão em Moçambique 1938-1961”. *Revista Internacional de Estudos Africanos* 6/7. Lisboa (pp. 27-82)
- LERMA, Francisco. 2005. *El pueblo vatshwa de Mozambique. El ciclo vital y los valores culturales*. Editorial Laborum: Múrcia.
- LOFORTE, Ana. 1990. “A apropriação dos rendimentos dos trabalhadores migrantes de Inhambane no início do século”. *Arquivo. Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique* n.º 8. Maputo (pp. 171-186).
- LUBKEMANN, S. C. 2004. “Reduzir o colonialismo á sua real dimensão: a migração internacional entre os moçambicanos do Centro-Sul, 1990-1999”. In Clara CARVALLHO e João da Pina CABRAL, orgs. *A persistência da História. Passado e Contemporaneidade em África*. ICS: Lisboa. (pp. 253-292).
- NEGRÃO, José. 2001. *Cem anos de economia da família rural africana*. Promédia. Identidades: Maputo
- Ministério de Administração Estatal. 2005. *Perfil do Distrito de Massinga*. Província de Inhambane. Maputo.
- MUVALE, Jordão. 2005. “O não exemplo da extensão agrária e a segurança alimentar em Massinga”. In Benigna ZIMBA e José CASTIANO, coord. *As ciências sociais na Luta contra a Pobreza em Moçambique*. Filsom entertainment: Maputo. (pp. 155-177)
- O’LAUGHLIN, Bridget. 2000. “Class and the Customary: The Ambiguous Legacy of the Indigenato in Mozambique”. *African Affairs* n.º 99. London. (pp. 5-42)
- RITA FERREIRA, António. 1963. “O movimento migratório de trabalhadores entre Moçambique e a África do Sul”. Junta de Investigações do Ultramar. Centro de Estudos Políticos e Sociais. *Estudos de Ciências Políticas e Sociais* n.º 67: Lisboa.
- SIQUISSE, Alípio. 2006. *Estudos de elementos sócio-culturais e económicos dos vatshwa em Inhambane. (Um Subsídio Etno-Histórico para o Ensino Básico)*. Tese de Mestrado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em Convénio com a Universidade Pedagógica. Documento inédito: consultável na Biblioteca da Universidade Pedagógica.
- WATERHOUSE, Rachel and VIJFHUIZEN, Carin, dirs. 2001. *Estratégias das mulheres, proveito dos homens. Género, terra e recursos naturais em diferentes contextos rurais em Moçambique*. Núcleo de Estudos da Terra-UEM. Faculdade de Agro- nomia e Engenharia Forestal-UEM. Action Aid Moçambique: Maputo.